
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 - Londrina-PR

Data: 25 de julho de 2018

Horário: 14h30 (1ª convocação)

1 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezoito foi realizada reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, Rua Alagoas, 2015, Sala 1008,
3 Centro - Londrina - PR. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Marina
4 Bertoncini de Andrade, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Paulo Sérgio Aragão, Amanda Boza
5 Gonçalves Carvalho, Renata Gomes Simões, Maria Ines Louro, Luciana Ferreira Alvarez,
6 Maria Ines Galvão de Mello, Neusa Harumi Tiba, maria Angela Santini, Teresa Genvigir
7 Furlanetto, Janaína Stabile Soares Lenzi, Cassineia Caberlin, Caroline Tomaz Sakakura,
8 Jonas Munaretto do Vale, Simone Leal Peres, Alisson Fernando Moreira Poças, Edna Luiza
9 dos Santos, Liane Aparecida Lima, Rosana de Almeida Souza, Edna Costa de Oliveira.
10 Justificaram a ausência os conselheiros: Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Luana Garcia
11 Campos, Liliane de Fátima Lankaites, Alvino dos Santos Murça (nome social: Vanessa).
12 Estiveram presentes também os seguintes participantes: Carmelita Alexandre da Conceição,
13 Camila Kauam Menezes Zulian - Instituto José Gonzaga Vieira, Aldeneide F da Silva, Zilma
14 Angélica da Silva, Renata Vasconcelos de Souza - UNIFIL, Paulo Aguiar - Pequena Missão,
15 Juliana Prette - Cáritas, Monica Moraes de Souza - Cáritas, Carlos da Silva - usuário Cras
16 Norte A, Marcio Antunes - ER-SEDS, Paula Neves – Provopar, Nilma de Assis Arruda –
17 Provopar. A reunião foi iniciada às 14h30. Teve como Pauta: **1. Aprovação de ata:**
18 **20/06/2018 e 11/07/2018, 2. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento**
19 **Estadual, 3. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento Federal, 4. Comissão**
20 **de Inscrição, 5. Comissão de Fundo, 6. Relato de Comissões, 7. Informes.** Neusa Tiba
21 iniciou parabenizando a todos pelo dia do amigo e dia do motorista. **1. Aprovação de ata:**
22 **20/06/2018 e 11/07/2018:** Apresentou as atas iniciando pela ata do dia 20/06/2018, aprovada
23 com 14 votos e 5 abstenções; ata do dia 11/07/2018 foi aprovada com 14 votos com 5
24 abstenções. **2. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento Estadual:** Amanda
25 Boza, Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, informou os prazo que
26 o município de Londrina tem para emitir o parecer referente os planos de ação
27 cofianciamento Estadual e Federal para o ano de 2018, sendo o prazo até até 27 de julho
28 para o Plano de cofinanciamento Estadual e dia 10 de setembro para o Plano de ação
29 referente cofinanciamento Federal, pontuou que os planos já haviam sido analisados pela
30 comissão de fundo, ressaltou que ambos os planos as informações basicamente se resumem
31 na atualização dos dados, tendo em vista que o planos contemplam informações dos
32 serviços que já estão sendo executados no ano de 2018. Apresentou o Plano de Ação
33 Estadual, pontuou todos os pisos que o município de Londrina já recebe recurso financeiro:
34 Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias - PPAS V: sendo 12 parcelas de
35 R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referentes a 21 metas para casa de passagem e 123 metas
36 para abrigo institucional; Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes - PPAS IV:

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

37 sendo 12 parcelas no valor de R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) para
38 atendimento de 16 metas de abrigo institucional para crianças e adolescentes na faixa etária
39 de 0 a 18 anos incompletos, 25 metas para acolhimento familiar de crianças e adolescentes
40 na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, 80 metas na modalidade casa lar para
41 atendimento a crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, 12 metas
42 na modalidade republica para jovens na faixa etária de 18 a 21 anos; Serviço de Acolhimento
43 Institucional para Pessoas em Situação de Rua: sendo 12 parcelas no valor de R\$20.000,00
44 (vinte mil reais) mês, para atendimento a 20 metas para adultos em processo de saída das
45 ruas no serviço de acolhimento em republica, 123 metas para adultos e famílias no serviço
46 de acolhimento institucional e 21 metas para adultos e famílias na modalidade casa de
47 passagem; Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua: sendo 12
48 parcelas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) mês para atendimento do serviço
49 especializado em abordagem social, sendo 07 metas para adolescentes, 128 metas para
50 adultos, 07 metas para crianças, 79 metas para famílias e 12 metas para pessoas idosas;
51 Centro Pop - PPA-II: sendo 12 parcelas no valor mensal de R\$11.500,00 (onze mil e
52 quinhentos reais) para atendimento no serviço especializado para pessoas em situação de
53 rua no centro pop, sendo 137 metas para jovens, 75 metas para adultos, 13 metas para
54 pessoas idosas e 20 metas para famílias. Amnada pontuou que em relação a execução dos
55 recursos, o repasse do estado dá mais abertura para trabalhar, pois pode ser executado com
56 despesas relacionadas a recursos humanos, capital e custeio. Após a apresentação Neusa
57 colocou o Plano de Ação Cofinanciamento Estadual para a deliberação da plenária. Cassineia
58 questionou se os co-financiamentos por parte do Município, tanto Estadual como Federal,
59 constam na Lei de Orçamento, foi respondido pela Amanda que sim. Sendo assim foi
60 aprovado com 19 votos. **3. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento Federal:**
61 Amanda Boza, Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, apresentou o
62 Plano de Ação - cofinanciamento federal pontuou que o sistema já vem preenchido com
63 dados do município e alguns indicadores da rede socioassistencial, apresentou as metas
64 pactuadas para cada serviço. Bloco da Proteção Social Básica-Piso Básico fixo para Serviço
65 de Proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF com referência de pactuação de 40 mil
66 famílias com previsão de atendimento das respectivas metas, com previsão de financiamento
67 no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) mês; Serviço de Convivência e
68 Fortalecimento de Vínculos para pactuação de 1340 usuários referenciados nas faixas etárias
69 de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares, com previsão de atendimento de 1540
70 metas; 670 usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos em situações
71 prioritárias e previsão de atendimento de 770 metas com previsão de financiamento de no
72 valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) mês; Bloco da Proteção Social Especial -
73 Serviço de Acolhimento a outros públicos: mulheres em situação de violência, previsão de
74 atendimento de 20 metas, jovens com previsão de atendimento de 12 metas, idosos com
75 previsão de atendimento de 200 metas e pessoas com deficiência com previsão de
76 atendimento de 05 metas, com previsão de financiamento no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

77 reais) mês; serviço de acolhimento a adultos e famílias com previsão de atendimento de 200
78 metas, com previsão de financiamento no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) mês;
79 serviço de acolhimento a crianças e adolescentes com previsão de 180 metas, com previsão
80 de financiamento de 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) mês; Serviço de Proteção e
81 Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos em situação de risco por violação de
82 direitos - PAEFI, com previsão de atendimento de 1.000 metas, com previsão de
83 financiamento no valor de R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais) mês; serviço especializado
84 em abordagem social para famílias e indivíduos que utilizam espaços públicos como forma de
85 moradia e ou sobrevivência com previsão de atendimento de 500 metas, com previsão de
86 recurso financeiro no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) mês; serviço especializado
87 para pessoas em situação de rua, famílias e indivíduos em situação de rua, com previsão
88 financeira no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mês; serviço de proteção social a
89 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas LA e PSC, com previsão de
90 atendimento de 500 metas, com previsão de recurso financeiro no valor de R\$ 26.400,00
91 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) mês; serviço de proteção social especial para pessoas
92 com deficiência, idosos e suas famílias com previsão de atendimento de 750 metas, com
93 previsão de financiamento no valor de R\$ 26.788,28 (vinte e seis mil, setecentos e oitenta e
94 oito reais, vinte e oito centavos) mês; Programas e Projetos-Avaliação e operacionalização do
95 BPC da Assistência Social e RMV, pactuação de 440 metas com a previsão de atendimento
96 das respectivas metas com previsão de financiamento no valor de R\$17.600,00 (dezessete
97 mil e seiscentos reais) anual; Programa ACESSUAS-TRABALHO, destinado para 6.100
98 usuários na faixa etária de 14 a 59 anos, com previsão de atendimento das respectivas
99 metas, com previsão de financiamento no valor de R\$101.790,64 (cento e um mil, setecentos
100 e noventa reais e sessenta e quatro centavos) anual. Bloco da Gestão IGD-M do programa
101 Bolsa Família, com previsão de financiamento no valor de 70.449,60 (setenta mil,
102 quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mês e IGDM-SUAS no valor de
103 R\$ 13.242,90 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa centavos) mês. O
104 conselheiro Alisson Poças perguntou como são criados esses indicadores, Neusa Tiba
105 explicou que são dos registros dos atendimentos dos serviços, informados no IRSAS -
106 Informação da Rede de Serviços Sócioassistenciais do município de Londrina. Maria Inês
107 Louro colocou que nem todas as atividades realizadas pelos serviços são registradas no
108 referido sistema, destacou que poderíamos conseguir melhorar os indicadores e obter mais
109 recursos, exemplificou as ações comunitárias realizadas pelos CRAS, pois nem todos os
110 participantes tem registro no IRSAS. O conselheiro Paulo Aragão ressaltou a importância de
111 atualização do cadastro único e a realização do mutirão, pois o mesmo está sendo
112 importantíssimo, já que a atualização cadastral refletirá nos indicadores para recebimento de
113 recursos para o Programa de Transferência de Renda. Neusa colocou para deliberação da
114 plenária o Plano de Ação Federal, sendo aprovado pela plenária com 18 votos. Amanda
115 informou que além da aprovação do plano, o município tem que encaminhar o Plano
116 Municipal de Assistência Social em vigência; declaração de prioridades que deveria ser

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 escrita por manuscrito e enviado pela Gestão com a ciência do conselho, informou que na
118 declaração tudo foi colocado como prioridade menos o centro dia, tendo em vista que ainda
119 não foi implantado. Neusa explicou a questão da prorrogação da vigência do plano municipal,
120 destacou que isso ocorreu porque o município não obteve as orientações e diretrizes do
121 plano estadual. Juliana Prette representante da Caritas perguntou por que não seria
122 prioridade o Centro Dia, e pontuou que os técnicos da Caritas, estão indicando a necessidade
123 de centro dia nos relatórios para o Ministério público. Neusa explicou que dentre os
124 profissionais do Centro Dia estão os profissionais de saúde e não estão no quadro de
125 Recursos Humanos da Nob Suas e por isso não tem como implantá-lo sem uma ampla
126 discussão com a rede de serviços envolvida. **4. Comissão de Inscrição:** a conselheira
127 Janiana Stabile, apresentou os pedidos de inscrições analisados pela comissão: Associação
128 Londrinense de Circo, Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Surdos, Instituto José
129 Gonzaga Vieira, Cristima - Movimento Cristo te Ama, destacou que as inscrições devem ser
130 provisórias e devendo ser acompanhadas pela comissão de acompanhamento por um
131 período de 06 meses. Neusa Tiba abordou a legalidade da inscrição provisória pautado na
132 legislação nacional bem como na legislação municipal através da resolução CMAS nº
133 060/2014. Alisson perguntou qual o papel da comissão de acompanhamento no período de
134 inscrição provisória do serviço. Paulo Aragão explicou que a entidade mediante a inscrição no
135 conselho deverá iniciar suas atividades no período de até seis meses, neste período a
136 entidade deverá ser acompanhada pela comissão de acompanhamento através de visitas,
137 após o período de seis meses a referida comissão avaliará pela inscrição definitiva ou
138 cancelamento. Cassineia Caberlin perguntou se as entidades acima citadas podem participar
139 do chamamento público apenas com inscrição provisória. Neusa informou que sim e reforçou
140 que a inscrição não garante que a entidade seja aprovada em chamamento ou receba
141 recursos públicos. O conselheiro Claudio Melo pontuou a preocupação com relação a
142 inscrição provisória para um serviço que ainda não executa as ações e pode vir a não
143 executar, já que não sendo contemplada pelo chamamento público e o serviço pode não ser
144 implantado e mesmo assim a entidade com inscrição no conselho pode conseguir isenções e
145 outros benefícios. O conselheiro Alisson perguntou se as instituições que irão ofertar o
146 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos também terão que realizar registro no
147 CMDCA. Neusa informou que toda entidade que presta atendimento a criança e adolescente
148 obrigatoriamente tem que estar inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
149 Adolescente. Alisson perguntou novamente se por ventura a entidade que atende na
150 modalidade de serviço de convivência pode participar do chamamento público só com inscrição
151 no conselho municipal de assistência social, Neusa informou que não e pontuou para a
152 comissão de acompanhamento a importância do acompanhamento junto as entidades com
153 inscrições provisórias, tendo em vista que o acompanhamento é obrigatório no referido
154 período. Neusa levou a proposta de inscrição dos serviços para aprovação da plenária o qual
155 foi aprovado com 19 votos. O Pastor Jonas reforçou sobre importância do acompanhamento
156 dos serviços pela comissão de acompanhamento independente se a entidade seja

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

157 contemplada ou não com chamamento, pois se não desenvolverem o serviço no período
158 estabelecido deve ter a inscrição cancelada. **5. Comissão de Fundo:** Pastor Jonas informou
159 que os relatos ficaram para a próxima reunião. **6 Relato de Comissões:** Com relação a
160 comissão de legislação, Neusa pontuou que no mês de agosto termina o prazo do seu
161 mandato como presidente do conselho e que a sociedade civil deverá assumir; pontuou
162 algumas demandas que ainda não conseguiu finalizar, principalmente no que tange a
163 legislação e instrumentos utilizados pelo conselho, tais como regimento interno e
164 instrumentos utilizados para pedido de inscrição e renovação de inscrição que devem ser
165 aprimorados e pontuou para representantes da sociedade civil irem pensando numa
166 representatividade para presidência do conselho para gestão do período 2018 a 2019.
167 **Informes:** reunião dia 27/07/2018 às 9h na Guarda Mirim para discutir a audiência pública.
168 Neusa apresentou o convite do Conselho de transparência e controle social referente vagas
169 em vacância para os conselheiros interessados, não houve interesse de nenhum conselheiro.
170 Apresentou a planilha de controle de ofícios recebidos: Orientação quanto a regular execução
171 financeira e prestação de contas - exercício 2016 (MDS/FNAS), Comunicação de
172 transferência de recursos - no valor de R\$ 240.000,00 (MDS/FNAS); resposta ao ofício
173 036/2018CMAS - Complementação de Informações sobre o PMTR (SMAS); Comunicação de
174 transferência de recursos - SIGTV R\$ 100.000,00 Emenda Parlamentar; Resposta ao ofício
175 046/2018CMAS - informação sobre as contas sem movimentação. Senhor Carlos da Silva,
176 pediu a fala para agradecer o conselho pelo período que foi conselheiro e dizer que está feliz
177 com esses novos conselheiros representantes de usuários que integraram ao conselho,
178 posterior abordou que algumas mães do bairro onde reside conjunto Vista Bela o procurou
179 para reclamar que a escola está cobrando uniforme dos alunos e questionou onde pode
180 apresentar essa demanda. Paulo colocou que a secretaria do conselho a senhora Selma
181 pode orienta-lo a procurar o conselho da Criança e Adolescente e solicitar orientações
182 referente o assunto em questão, diante da situação o conselheiro Claudio se disponibilizou a
183 acompanhar o senhor Carlos na reunião do CMDCA na quinta-feira dia 25/07/2018 na Igreja
184 Nova Aliança para ele apresentar a referida demanda. Após Neusa socializou o convite de
185 inauguração do CIEE/PR dia 9 de agosto de 2018 às 17 horas na Rua Pará, 162,
186 Londrina/PR. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. A
187 reunião foi encerrada às 16h, sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de
188 Andrade, segunda Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária
189 que será caminhada para apreciação e aprovação.